



TESOURO NACIONAL

Boletim

2024

Julho

Resultado do Tesouro Nacional

Vol. 30, N.7 – Publicado em 05/09/2024



Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevali Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretários

David Rebelo Athayde

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Marcelo Pereira de Amorim

Otávio Ladeira de Medeiros

Maria Betânia Gonçalves Xavier

Rafael Rezende Brigolini

Suzana Teixeira Braga

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenador de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Bruno Orsi Teixeira

Guilherme Furtado de Moura

José de Anchieta Semedo Neves

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Arte: Hugo Pullen

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 30, n. 7 (Julho, 2024). –

Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Tabela 1 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – mês contra mesmo mês do ano anterior

Dados em: R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Julho		Variação (2024/2023)		
	2023	2024	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	193.579,0	221.485,7	27.906,7	14,4%	9,5%
2. Transf. por Repartição de Receita	33.216,2	37.941,2	4.725,0	14,2%	9,3%
3. Receita Líquida (I-II)	160.362,8	183.544,5	23.181,7	14,5%	9,5%
4. Despesa Total	196.283,5	192.827,9	-3.455,6	-1,8%	-6,0%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-35.920,7	-9.283,4	26.637,3	-74,2%	-75,3%
Resultado do Tesouro Nacional	7.194,7	13.500,0	6.305,4	87,6%	79,6%
Resultado do Banco Central	-33,2	-327,1	-294,0	886,5%	844,0%
Resultado da Previdência Social	-43.082,2	-22.456,3	20.625,9	-47,9%	-50,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	7.161,5	13.172,9	6.011,4	83,9%	76,0%

Em julho de 2024, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 9,3 bilhões, frente a um déficit de R\$ 35,9 bilhões em julho de 2023. Em termos reais, a receita líquida apresentou um acréscimo de R\$ 16,0 bilhões (+9,5%), enquanto a despesa total registrou um decréscimo de R\$ 12,3 bilhões (-6,0%), quando comparadas a julho de 2023.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês

Tabela 2 – Resultado Mês Contra Mês – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Julho		Variação Nominal		Variação Real	
		2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		193.579,0	221.485,7	27.906,7	14,4%	19.198,7	9,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		119.625,9	144.394,4	24.768,6	20,7%	19.387,3	15,5%
1.1.1 Imposto de Importação	1	4.366,4	6.654,9	2.288,5	52,4%	2.092,1	45,9%
1.1.2 IPI	2	4.458,9	8.926,8	4.467,9	100,2%	4.267,3	91,6%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	54.334,1	65.040,9	10.706,8	19,7%	8.262,6	14,6%
1.1.4 IOF		5.081,6	5.342,3	260,7	5,1%	32,1	0,6%
1.1.5 COFINS	4	24.537,1	26.739,1	2.202,0	9,0%	1.098,2	4,3%
1.1.6 PIS/PASEP	5	7.005,5	9.522,5	2.517,1	35,9%	2.201,9	30,1%
1.1.7 CSLL	6	15.065,1	18.944,6	3.879,4	25,8%	3.201,7	20,3%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		46,7	650,3	603,6	-	601,5	-
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	7	4.730,5	2.573,1	-2.157,4	-45,6%	-2.370,2	-47,9%
1.2 - Incentivos Fiscais		-59,9	0,0	59,9	-100,0%	62,6	-100,0%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	47.425,5	50.919,6	3.494,1	7,4%	1.360,7	2,7%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		26.587,5	26.171,6	-415,9	-1,6%	-1.611,9	-5,8%
1.4.1 Concessões e Permissões		345,6	294,9	-50,7	-14,7%	-66,2	-18,3%
1.4.2 Dividendos e Participações	9	1.817,9	0,0	-1.817,9	-100,0%	-1.899,6	-100,0%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.372,2	1.407,2	35,1	2,6%	-26,6	-1,9%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		14.957,1	15.948,2	991,1	6,6%	318,3	2,0%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		1.533,1	2.078,7	545,6	35,6%	476,6	29,7%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		2.372,8	2.598,7	225,9	9,5%	119,1	4,8%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	9,6	9,6	-	9,6	-
1.4.8 Demais Receitas		4.188,9	3.834,2	-354,6	-8,5%	-543,0	-12,4%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		33.216,2	37.941,2	4.725,0	14,2%	3.230,8	9,3%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	10	29.121,6	32.291,2	3.169,6	10,9%	1.859,6	6,1%
2.2 Fundos Constitucionais		1.092,9	1.168,6	75,7	6,9%	26,5	2,3%
2.2.1 Repasse Total		1.443,4	1.480,3	37,0	2,6%	-27,9	-1,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-350,5	-311,8	38,7	-11,0%	54,5	-14,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação		1.534,1	1.546,5	12,4	0,8%	-56,6	-3,5%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		1.428,8	2.688,9	1.260,1	88,2%	1.195,8	80,1%
2.5 CIDE - Combustíveis		0,0	206,8	206,8	-	206,8	-
2.6 Demais		38,8	39,3	0,5	1,2%	-1,3	-3,1%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		160.362,8	183.544,5	23.181,7	14,5%	15.967,9	9,5%
4. DESPESA TOTAL		196.283,5	192.827,9	-3.455,6	-1,8%	-12.285,2	-6,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	11	90.507,7	73.375,9	-17.131,8	-18,9%	-21.203,2	-22,4%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		35.203,9	36.604,0	1.400,1	4,0%	-183,5	-0,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		29.653,1	30.637,0	983,8	3,3%	-350,1	-1,1%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		8.483,0	9.478,6	995,7	11,7%	614,1	6,9%
4.3.2 Anistiados		19,5	20,0	0,4	2,1%	-0,5	-2,3%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	12	3.795,9	0,0	-3.795,9	-100,0%	-3.966,7	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		65,7	64,8	-0,9	-1,4%	-3,9	-5,7%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	13	7.841,9	9.392,4	1.550,6	19,8%	1.197,8	14,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	9,6	9,6	-	9,6	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	14	118,0	3.183,5	3.065,5	-	3.060,2	-
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		90,4	426,8	336,4	372,4%	332,4	352,0%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		2.881,1	3.485,6	604,5	21,0%	474,9	15,8%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		361,8	539,3	177,5	49,0%	161,2	42,6%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		1.285,9	1.493,7	207,8	16,2%	150,0	11,2%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		332,3	332,1	-0,1	0,0%	-15,1	-4,3%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		324,6	297,4	-27,2	-8,4%	-41,8	-12,3%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	15	3.717,8	1.568,6	-2.149,2	-57,8%	-2.316,4	-59,6%
4.3.16 Transferências ANA		26,8	20,3	-6,6	-24,5%	-7,8	-27,7%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		147,3	197,9	50,6	34,4%	44,0	28,6%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		161,2	126,4	-34,8	-21,6%	-42,1	-25,0%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		40.918,8	52.211,0	11.292,2	27,6%	9.451,5	22,1%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	16	25.335,2	30.596,7	5.261,5	20,8%	4.121,8	15,6%
4.4.2 Discrecionárias	17	15.583,6	21.614,4	6.030,8	38,7%	5.329,8	32,7%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-35.920,7	-9.283,4	26.637,3	-74,2%	28.253,2	-75,3%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 2.092,1 milhões / +45,9%): esse resultado decorre, principalmente, dos aumentos reais de 18,4% no valor em dólar (volume) das importações, de 15,4% na taxa média de câmbio e de 13,1% na alíquota média efetiva deste imposto.

Nota 2 - IPI (+R\$ 4.267,3 milhões / +91,6%): o desempenho pode ser explicado, essencialmente, pela associação dos seguintes fatores: desempenho positivo das vendas de automóveis no mercado interno, crescimento de 5,6% na produção industrial de junho de 2024 em comparação com junho de 2023 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE) e o resultado positivo de alguns setores econômicos, como Comércio Atacadista, Fabricação de Produtos Químicos e Fabricação de Veículos Automotores.

Nota 3 – Imposto Sobre a Renda (+R\$ 8.262,6 milhões / +14,6%): o resultado do Imposto Sobre a Renda decorre, principalmente, da associação positiva dos seguintes itens: i) IRPJ, devido aos acréscimos reais de 8,0% na arrecadação do balanço trimestral e de 9,7% no lucro; ii) IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior, influenciado pelos acréscimos nominais de 33,8% na arrecadação do item “Royalties e Assistência Técnica”, de 39,3% na arrecadação do item “Juros e Comissões em Geral”, e de 43,1% na arrecadação do item “Rendimentos do Trabalho”; iii) IRRF-Outros Rendimentos, com desempenho explicado pelos acréscimos nominais de 36,1% no item “Prêmios obtidos em concursos e sorteios”, e de 9,4% na arrecadação do item “Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica”.

Nota 4 - COFINS (+R\$ 1.098,2 milhões / +4,3%): esse resultado decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores: aumento real de 2,0% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 1,3% no volume de serviços (PMS-IBGE) entre junho de 2024 e junho de 2023; acréscimo da arrecadação relativa ao setor de combustíveis (fim das desonerações e alterações nas bases de cálculo dessas contribuições trazidas pela MP nº 1.163/2023); exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos dessas contribuições (conforme Lei nº 14.592/2023); e da prorrogação dos prazos para o recolhimento de tributos para contribuintes localizados em alguns municípios do Rio Grande do Sul, conforme Portaria RFB nº 415/2024 e Portaria CGSN nº 45/2024.

Nota 5 – PIS/PASEP (+R\$ 2.201,9 milhões / +30,1%): explicado pelos fatores verificados na Nota 4.

Nota 6 – CSLL (+R\$ 3.201,7 milhões / +20,3%): explicado pelos fatores verificados na parte de IRPJ da Nota 3.

Nota 7 – Outras Administradas pela RFB (-R\$ 2.370,2 milhões / -47,9%): o resultado refere-se, principalmente, ao decréscimo nominal de 95,8% na arrecadação do programa de redução de litigiosidade. Além disso, em julho de 2023 integrou essa agregação o imposto de exportação de óleo bruto, no montante de R\$ 1,1 bilhão.

Nota 8 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 1.360,7 milhões / +2,7%): o resultado positivo do RGPS é fruto da combinação dos seguintes fatores: i) acréscimo real de 5,8% da massa salarial habitual de junho de 2024 em relação a junho de 2023; ii) saldo positivo de 201.705 empregos para o mês de junho de 2024, de acordo com o Novo Caged/MTE; iii) aumento real de 7,8% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário em julho de 2024 em comparação a julho de 2023; e iv) pagamentos da contribuição previdenciária de abril de 2024 e do Simples Nacional de junho de 2024, ambos postergados para julho de 2024, referentes aos municípios do Rio Grande do Sul declarados em estado de calamidade pública. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária.

Nota 9 – Dividendos e Participações (-R\$ 1.899,6 milhões / -100,0%): explicado pelo recebimento, em julho de 2023, de dividendos e participações da Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 1,9 bilhão, sem contrapartida para julho de 2024.

Nota 10 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 1.859,6 milhões / +6,1%): reflete, principalmente, a performance positiva dos tributos que compõem a base para o cômputo destes repasses, em especial o Imposto sobre a Renda.

Nota 11 – Benefícios Previdenciários (-R\$ 21.203,2 milhões / -22,4%): mesmo diante da elevação do número de beneficiários do RGPS e do crescimento real do salário-mínimo em 2023 e 2024, o decréscimo das despesas previdenciárias é atribuído à mudança no calendário de pagamento do 13º salário. Enquanto em 2023 os pagamentos foram distribuídos nos meses de maio, junho e julho, neste ano ocorreram em abril, maio e junho.

Nota 12 – Apoio Fin. EE/MM (-R\$ 3.966,7 milhões / -100,0%): a redução da despesa de Apoio Financeiro para Estados e Municípios relaciona-se aos pagamentos que ocorreram em julho de 2023, mas que não apresentaram a mesma contrapartida para 2024. No ano passado, houve pagamento de R\$ 3,0 bilhões relacionados a ações emergenciais destinadas ao Setor Cultural (Lei Complementar nº 195/2022), além de R\$ 976,4 milhões relacionados à compensação pela perda de arrecadação do ICMS, prevista na LC 194 (valores a preços de julho de 2024).

Nota 13 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 1.197,8 milhões / +14,6%): explicado pelo crescimento do número de beneficiários e pelos aumentos reais do salário-mínimo em 2023 e 2024.

Nota 14 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (+R\$ 3.060,2 milhões): o crescimento é atribuído ao pagamento de R\$ 2,8 bilhões destinados às despesas relacionadas à situação de calamidade no Rio Grande do Sul, que são registradas nesta rubrica de despesa.

Nota 15 – Subsídios, Subvenções e Proagro (-R\$ 2.316,4 milhões / -59,6%): essa redução dos valores se deve ao menor pagamento em equalização de investimento rural e agroindustrial (-R\$ 643,8 milhões), Pronaf (-R\$ 909,6 milhões) e Proagro (-R\$ 490,5 milhões).

Nota 16 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 4.121,8 milhões / +15,6%): resultado explicado, preponderantemente, pelo crescimento real na execução de ações na função Saúde (+R\$ 4,3 bilhões).

Nota 17 – Discricionárias (+R\$ 5.329,8 milhões / +32,7%): explicado, majoritariamente, pelos aumentos reais nos pagamentos de ações nas funções Saúde (+R\$ 2,6 bilhões) e Demais (+R\$ 2,6 bilhões).

Panorama Geral - Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

Tabela 3 – Panorama Geral do Resultado do Tesouro Nacional – acumulado contra acumulado do ano anterior

Dados em R\$ milhões – a preços correntes

Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Jan-Jul		Variação (2024/2023)		
	2023	2024	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.351.387,9	1.529.736,9	178.349,0	13,2%	8,6%
2. Transf. por Repartição de Receita	260.861,2	295.000,3	34.139,1	13,1%	8,5%
3. Receita Líquida (1-2)	1.090.526,7	1.234.736,6	144.209,9	13,2%	8,7%
4. Despesa Total	1.169.680,6	1.312.594,3	142.913,6	12,2%	7,8%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-79.153,9	-77.857,6	1.296,3	-1,6%	-5,2%
Resultado do Tesouro Nacional	129.073,3	143.416,3	14.343,0	11,1%	6,4%
Resultado do Banco Central	-160,6	-596,3	-435,7	271,3%	260,2%
Resultado da Previdência Social	-208.066,6	-220.677,6	-12.611,0	6,1%	1,9%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	128.912,7	142.820,0	13.907,3	10,8%	6,1%

Em relação ao resultado acumulado nos sete meses decorridos de 2024, o Governo Central registrou um déficit de R\$ 77,9 bilhões, frente a um déficit de R\$ 79,2 bilhões em 2023. Em termos reais, a receita líquida apresentou um aumento de R\$ 99,6 bilhões (+8,7%) e a despesa total aumentou R\$ 95,4 bilhões (+7,8%) de janeiro a julho de 2024, quando comparadas ao mesmo período de 2023.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado

Tabela 4 – Resultado Acumulado – Notas Explicativas | R\$ milhões – a preços correntes | Fonte: Tesouro Nacional

Discriminação	Nota	Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
		2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.351.387,9	1.529.736,9	178.349,0	13,2%	123.016,9	8,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		850.837,1	990.652,1	139.815,0	16,4%	105.184,0	11,7%
1.1.1 Imposto de Importação	1	31.129,8	40.089,4	8.959,6	28,8%	7.710,1	23,5%
1.1.2 IPI	2	32.251,2	45.818,5	13.567,2	42,1%	12.301,2	36,2%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	423.396,0	478.636,8	55.240,9	13,0%	37.805,0	8,5%
1.1.4 IOF		34.944,2	37.425,6	2.481,5	7,1%	1.022,4	2,8%
1.1.5 COFINS	4	160.535,3	204.257,9	43.722,6	27,2%	37.464,9	22,2%
1.1.6 PIS/PASEP	5	47.073,9	60.919,1	13.845,2	29,4%	11.990,9	24,2%
1.1.7 CSLL		98.235,9	109.053,2	10.817,3	11,0%	6.738,5	6,5%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		-119,2	2.098,2	2.217,4	-	2.242,6	-
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	6	23.390,0	12.353,3	-11.036,7	-47,2%	-12.091,5	-49,2%
1.2 - Incentivos Fiscais		-59,9	0,0	59,9	-100,0%	62,6	-100,0%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	7	322.672,1	350.808,0	28.135,9	8,7%	14.849,2	4,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		177.938,7	188.276,8	10.338,1	5,8%	2.921,1	1,6%
1.4.1 Concessões e Permissões		5.887,5	3.163,2	-2.724,3	-46,3%	-2.993,4	-48,3%
1.4.2 Dividendos e Participações		32.932,6	35.357,0	2.424,5	7,4%	1.028,3	3,0%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		9.168,5	10.154,8	986,4	10,8%	615,5	6,4%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais		69.694,8	72.067,8	2.373,0	3,4%	-586,4	-0,8%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		12.230,4	14.316,6	2.086,2	17,1%	1.582,0	12,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		16.726,9	17.652,3	925,5	5,5%	229,5	1,3%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	51,9	51,9	-	52,1	-
1.4.8 Demais Receitas		31.298,2	35.513,1	4.215,0	13,5%	2.993,5	9,1%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		260.861,2	295.000,3	34.139,1	13,1%	23.409,7	8,5%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	8	210.088,5	240.060,3	29.971,8	14,3%	21.349,8	9,6%
2.2 Fundos Constitucionais		6.054,1	6.836,8	782,8	12,9%	530,9	8,3%
2.2.1 Repasse Total		13.596,6	15.237,2	1.640,5	12,1%	1.082,8	7,6%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-7.542,6	-8.400,3	-857,8	11,4%	-551,8	6,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação		10.889,9	11.626,2	736,3	6,8%	284,5	2,5%
2.4 Exploração de Recursos Naturais		33.314,5	35.231,1	1.916,6	5,8%	525,5	1,5%
2.5 CIDE - Combustíveis		4,5	635,8	631,3	-	638,5	-
2.6 Demais		509,7	610,0	100,3	19,7%	80,5	15,0%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		1.090.526,7	1.234.736,6	144.209,9	13,2%	99.607,2	8,7%
4. DESPESA TOTAL		1.169.680,6	1.312.594,3	142.913,6	12,2%	95.398,9	7,8%
4.1 Benefícios Previdenciários	9	530.738,7	571.485,7	40.746,9	7,7%	18.949,8	3,4%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais		198.448,7	209.781,4	11.332,7	5,7%	3.065,6	1,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		180.705,9	221.284,0	40.578,1	22,5%	33.660,1	17,7%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego		53.453,8	56.096,6	2.642,7	4,9%	418,4	0,7%
4.3.2 Anistiados		97,9	103,5	5,6	5,8%	1,6	1,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM		5.617,1	1.045,4	-4.571,7	-81,4%	-4.823,0	-82,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		420,8	459,4	38,5	9,2%	21,1	4,8%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	10	51.858,7	63.152,9	11.294,2	21,8%	9.224,4	16,9%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	51,9	51,9	-	52,1	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	11	1.074,9	11.666,7	10.591,9	985,4%	10.588,4	935,7%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		482,8	572,5	89,6	18,6%	68,3	13,5%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		22.123,2	27.687,5	5.564,3	25,2%	4.687,9	20,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		2.055,1	2.574,3	519,3	25,3%	439,4	20,3%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		8.444,1	10.201,4	1.757,2	20,8%	1.419,7	16,0%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		2.325,6	2.325,0	-0,6	0,0%	-98,9	-4,0%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	12	18.325,8	31.630,5	13.304,6	72,6%	12.951,7	67,6%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro		12.231,3	11.337,2	-894,1	-7,3%	-1.386,9	-10,8%
4.3.16 Transferências ANA		64,4	21,0	-43,3	-67,3%	-46,2	-68,7%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.030,4	1.357,6	327,3	31,8%	288,0	26,6%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		1.100,0	1.000,7	-99,3	-9,0%	-145,8	-12,6%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		-	-	-	-	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		259.787,3	310.043,2	50.255,9	19,3%	39.723,4	14,5%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	13	181.468,6	203.004,2	21.535,6	11,9%	14.081,0	7,4%
4.4.2 Discrecionárias	14	78.318,8	107.039,0	28.720,2	36,7%	25.642,4	31,2%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-79.153,9	-77.857,6	1.296,3	-1,6%	4.208,3	-5,2%

Nota 1 – Imposto de Importação (+R\$ 7.710,1 milhões / +23,5%): esse resultado decorre, principalmente, dos aumentos reais de 5,5% no valor em dólar (volume) das importações, de 2,4% na taxa média de câmbio e de 20,3% na alíquota média efetiva deste tributo.

Nota 2 - IPI (+R\$ 12.301,2 milhões / +36,2%): o resultado dessa rubrica é reflexo, dentre outros fatores, do desempenho da arrecadação de IPI-Automóveis associada ao aumento de 9,7% no volume de vendas do setor automotivo no mercado interno (dezembro de 2023 a junho de 2024 em comparação com o período de dezembro de 2022 a junho de 2023 – conforme dados da Anfavea) e à queda nominal de 50,7% nas compensações tributárias nesse setor. Além disso, na parte de IPI-Outros, houve crescimento de 2,0% na produção industrial de dezembro de 2023 a junho de 2024 em comparação com dezembro de 2022 a junho de 2023 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE) e uma redução nominal de 17,1% nas compensações tributárias.

Nota 3 – Imposto Sobre a Renda (+R\$ 37.805,0 milhões / +8,5%): a variação positiva ocorreu em função da combinação dos seguintes elementos: i) no IRPF, o resultado decorre, principalmente, dos R\$ 7,4 bilhões arrecadados pela atualização de bens e direitos no exterior, conforme disposto na Lei nº 14.754/2023; ii) para o IRPJ, os valores são devidos, basicamente, aos acréscimos reais nos itens de arrecadação do lucro presumido, “Lançamento de ofício, depósitos e acréscimos legais” e Simples Nacional; iii) no IRRF-Rendimentos do Trabalho, o acréscimo real do valor é proveniente do aumento na arrecadação dos itens “Rendimentos do Trabalho Assalariado”, “Participação nos Lucros ou Resultados - PLR” e “Rendimentos Recebidos Acumuladamente”; iv) no IRRF-Rendimentos de Capital, o resultado é derivado da arrecadação de R\$ 13,0 bilhões devido à tributação dos fundos de investimento assinalados na Lei nº 14.754/2023; v) no IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior, o resultado é explicado pelos acréscimos nominais na arrecadação dos itens “Royalties e Assistência Técnica”, “Juros e Comissões em Geral” e “Remuneração de direitos”; e vi) por último, para IRRF-Outros Rendimentos, o valor positivo reflete, principalmente, os acréscimos nominais nos itens “Rendimento Decorrente Decisão Justiça Federal”, “Remuneração de serviços prestados por pessoa jurídica” e “Prêmios obtidos em concursos e sorteios”.

Nota 4 - COFINS (+R\$ 37.464,9 milhões / +22,2%): resultado é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) aumento real de 3,6% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 1,4% no volume de serviços (PMS-IBGE) no período dezembro de 2023 a junho de 2024, em comparação ao período dezembro de 2022 a junho de 2023; ii) acréscimo na arrecadação relativa ao setor de combustíveis (em razão do fim das desonerações e de alterações nas bases de cálculo da Cofins e PIS/Pasep); iii) exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos da Cofins e PIS/Pasep; e iv) prorrogação dos prazos para o recolhimento de tributos para contribuintes localizados em alguns municípios do Rio Grande do Sul, conforme Portaria RFB nº 415/2024 e Portaria CGSN nº 45/2024.

Nota 5 – PIS/PASEP (+R\$ 11.990,9 milhões / +24,2%): explicado pelos mesmos fatores expostos na Nota 4.

Nota 6 – Outras Administradas pela RFB (-R\$ 12.091,5 milhões / -49,2%): o desempenho da arrecadação pode ser explicado pela redução nominal de 81,9% na arrecadação do programa de redução de litigiosidade. Além disso, no período de maio a julho de 2023 houve arrecadação de R\$ 3,6 bilhões do imposto de exportação sobre óleo bruto, receita que integra a rubrica de Outras Administradas pela RFB.

Nota 7 – Arrecadação Líquida para o RGPS (+R\$ 14.849,2 milhões / +4,4%): explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento real de 6,9% massa salarial habitual de dezembro de 2023 a junho de 2024, apurada pela PNAD Contínua – Mensal/IBGE; ii) saldo positivo de 1.300.044 empregos pelo Novo

Caged/MTE até junho de 2024; e iii) o aumento real de 5,6% na arrecadação do Simples Nacional previdenciário de janeiro a julho de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária e pela postergação do pagamento da contribuição previdenciária para os municípios do Rio Grande do Sul declarados em estado de calamidade pública.

Nota 8 – FPM/FPE/IPI-EE (+R\$ 21.349,8 milhões / +9,6): resultado dessa receita é explicado pela dinâmica dos tributos que compõem a base para estas transferências.

Nota 9 – Benefícios Previdenciários (+R\$ 18.949,8 milhões / +3,4%): explicado, principalmente, pelo crescimento do número de beneficiários do RGPS e pelos aumentos reais do salário-mínimo em 2023 e 2024. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela redução no pagamento de precatórios relacionados a benefícios previdenciários no acumulado até julho de 2024 em relação ao acumulado até julho de 2023.

Nota 10 – Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV (+R\$ 9.224,4 milhões / +16,9%): explicado pelo crescimento do número de beneficiários e pelos aumentos reais do salário-mínimo em 2023 e 2024.

Nota 11 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (+R\$ 10.588,4 milhões): no acumulado do ano, o aumento significativo nesta categoria se deve ao pagamento de R\$ 10,2 bilhões para ações de combate à calamidade no Rio Grande do Sul.

Nota 12 - Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (+R\$ 12.951,7 milhões / +67,6%): apesar do fim do pagamento da torre de precatórios em maio de 2023, o aumento nessa linha ainda é visível quando comparamos o período de janeiro a julho de 2023 com o mesmo período de 2024. Isso ocorre porque, proporcionalmente, foram pagos mais precatórios relacionados a pessoal e benefícios previdenciários referentes ao exercício de 2024 em dezembro de 2023, após uma decisão judicial do STF nas ADIs nº 7.064 e nº 7.047. Como o total de precatórios pagos de janeiro a julho foi semelhante em ambos os anos (R\$ 31,0 bilhões em 2023 e R\$ 30,7 bilhões em 2024, em valores reais), observa-se um aumento na linha de "Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)" e uma redução nos pagamentos de precatórios nas linhas de "Pessoal e Encargos Sociais" e "Benefícios Previdenciários".

Nota 13 – Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 14.081,0 milhões / +7,4%): resultado explicado, preponderantemente, pelo crescimento real na execução de ações na função Saúde (+R\$ 14,4 bilhões).

Nota 14 – Discricionárias (+R\$ 25.642,4 milhões / +31,2%): resultado explicado, preponderantemente, pelo crescimento real na execução de ações nas funções Saúde (+R\$ 20,0 bilhões) e Educação (+R\$ 2,6 bilhões) de janeiro a julho de 2024 frente ao mesmo período do ano anterior.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	193.579,0	221.485,7	27.906,7	14,4%	19.198,7	9,5%	1.351.387,9	1.529.736,9	178.349,0	13,2%	123.016,9	8,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	119.625,9	144.394,4	24.768,6	20,7%	19.387,3	15,5%	850.837,1	990.652,1	139.815,0	16,4%	105.184,0	11,7%
1.1.1 Imposto sobre a Importação	4.366,4	6.654,9	2.288,5	52,4%	2.092,1	45,9%	31.129,8	40.089,4	8.959,6	28,8%	7.710,1	23,5%
1.1.2 IPI	4.458,9	8.926,8	4.467,9	100,2%	4.267,3	91,6%	32.251,2	45.818,5	13.567,2	42,1%	12.301,2	36,2%
1.1.2.1 IPI - Fumo	206,2	709,4	503,2	244,1%	494,0	229,3%	1.832,7	4.501,0	2.668,3	145,6%	2.610,4	134,6%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	259,0	310,7	51,7	20,0%	40,0	14,8%	1.517,1	1.941,4	424,3	28,0%	365,1	22,9%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	579,1	2.293,6	1.714,5	296,1%	1.688,4	279,0%	3.063,8	6.170,3	3.106,4	101,4%	2.991,1	92,8%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.798,3	2.524,2	725,9	40,4%	645,0	34,3%	12.856,6	15.427,6	2.571,0	20,0%	2.041,4	15,1%
1.1.2.5 IPI - Outros	1.616,4	3.088,9	1.472,6	91,1%	1.399,9	82,9%	12.981,0	17.778,2	4.797,1	37,0%	4.293,2	31,4%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	54.334,1	65.040,9	10.706,8	19,7%	8.262,6	14,6%	423.396,0	478.636,8	55.240,9	13,0%	37.805,0	8,5%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	5.283,0	5.489,9	206,9	3,9%	-30,8	-0,6%	36.699,9	45.050,3	8.350,4	22,8%	6.887,9	17,9%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	25.335,2	32.795,8	7.460,6	29,4%	6.321,0	23,9%	177.368,4	189.152,5	11.784,1	6,6%	4.270,5	2,3%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	23.715,9	26.755,2	3.039,3	12,8%	1.972,4	8,0%	209.327,6	244.434,0	35.106,4	16,8%	26.646,6	12,1%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.119,8	8.425,2	305,3	3,8%	-59,9	-0,7%	96.527,8	105.812,9	9.285,0	9,6%	5.327,4	5,2%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	8.676,3	9.369,7	693,3	8,0%	303,0	3,3%	66.880,9	83.370,2	16.489,3	24,7%	13.866,6	19,7%
1.1.3.3.3 IRRF - Rendimentos de Residentes no Exterior	5.245,6	6.853,5	1.607,9	30,7%	1.371,9	25,0%	34.743,1	42.259,7	7.516,6	21,6%	6.095,0	16,6%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.674,1	2.106,8	432,7	25,8%	357,4	20,4%	11.175,7	12.991,3	1.815,5	16,2%	1.357,5	11,5%
1.1.4 IOF	5.081,6	5.342,3	260,7	5,1%	32,1	0,6%	34.944,2	37.425,6	2.481,5	7,1%	1.022,4	2,8%
1.1.5 Cofins	24.537,1	26.739,1	2.202,0	9,0%	1.098,2	4,3%	160.535,3	204.257,9	43.722,6	27,2%	37.464,9	22,2%
1.1.6 PIS/Pasep	7.005,5	9.522,5	2.517,1	35,9%	2.201,9	30,1%	47.073,9	60.919,1	13.845,2	29,4%	11.990,9	24,2%
1.1.7 CSLL	15.065,1	18.944,6	3.879,4	25,8%	3.201,7	20,3%	98.235,9	109.053,2	10.817,3	11,0%	6.738,5	6,5%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	46,7	650,3	603,6	-	601,5	-	-119,2	2.098,2	2.217,4	-	2.242,6	-
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	4.730,5	2.573,1	-2.157,4	-45,6%	-2.370,2	-47,9%	23.390,0	12.353,3	-11.036,7	-47,2%	-12.091,5	-49,2%
1.2 - Incentivos Fiscais	-59,9	0,0	59,9	-100,0%	62,6	-100,0%	-59,9	0,0	59,9	-100,0%	62,6	-100,0%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	47.425,5	50.919,6	3.494,1	7,4%	1.360,7	2,7%	322.672,1	350.808,0	28.135,9	8,7%	14.849,2	4,4%
1.3.1 Urbana	46.726,1	50.119,7	3.393,6	7,3%	1.291,6	2,6%	317.752,2	345.233,3	27.481,1	8,6%	14.395,6	4,3%
1.3.2 Rural	699,4	799,9	100,6	14,4%	69,1	9,5%	4.919,9	5.574,8	654,9	13,3%	453,6	8,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	26.587,5	26.171,6	-415,9	-1,6%	-1.611,9	-5,8%	177.938,7	188.276,8	10.338,1	5,8%	2.921,1	1,6%
1.4.1 Concessões e Permissões	345,6	294,9	-50,7	-14,7%	-66,2	-18,3%	5.887,5	3.163,2	-2.724,3	-46,3%	-2.993,4	-48,3%
1.4.2 Dividendos e Participações	1.817,9	0,0	-1.817,9	-100,0%	-1.899,6	-100,0%	32.932,6	35.357,0	2.424,5	7,4%	1.028,3	3,0%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	3.288,0	3.701,7	413,6	12,6%	283,3	8,2%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	175,6	155,3	-20,4	-11,6%	-27,1	-14,7%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	10.425,1	10.083,2	-341,9	-3,3%	-755,6	-6,9%
1.4.2.4 Caixa	1.817,8	0,0	-1.817,8	-100,0%	-1.899,6	-100,0%	1.817,8	2.792,6	974,8	53,6%	933,2	49,1%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	187,8	268,7	80,9	43,1%	73,3	37,2%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	15.204,4	16.073,9	869,5	5,7%	147,7	0,9%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.2.9 Demais	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%	1.833,8	2.281,7	447,9	24,4%	373,6	19,4%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.372,2	1.407,2	35,1	2,6%	-26,6	-1,9%	9.168,5	10.154,8	986,4	10,8%	615,5	6,4%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	14.957,1	15.948,2	991,1	6,6%	318,3	2,0%	69.694,8	72.067,8	2.373,0	3,4%	-586,4	-0,8%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.533,1	2.078,7	545,6	35,6%	476,6	29,7%	12.230,4	14.316,6	2.086,2	17,1%	1.582,0	12,3%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.372,8	2.598,7	225,9	9,5%	119,1	4,8%	16.726,9	17.652,3	925,5	5,5%	229,5	1,3%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	9,6	9,6	-	9,6	-	0,0	51,9	51,9	-	52,1	-
1.4.8 Demais Receitas	4.188,9	3.834,2	-354,6	-8,5%	-543,0	-12,4%	31.298,2	35.513,1	4.215,0	13,5%	2.993,5	9,1%
d/q Operações com Ativos	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	33.216,2	37.941,2	4.725,0	14,2%	3.230,8	9,3%	260.861,2	295.000,3	34.139,1	13,1%	23.409,7	8,5%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	29.121,6	32.291,2	3.169,6	10,9%	1.859,6	6,1%	210.088,5	240.060,3	29.971,8	14,3%	21.349,8	9,6%
2.2 Fundos Constitucionais	1.092,9	1.168,6	75,7	6,9%	26,5	2,3%	6.054,1	6.836,8	782,8	12,9%	530,9	8,3%
2.2.1 Repasse Total	1.443,4	1.480,3	37,0	2,6%	-27,9	-1,9%	13.596,6	15.237,2	1.640,5	12,1%	1.082,8	7,6%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-350,5	-311,8	38,7	-11,0%	54,5	-14,9%	-7.542,6	-8.400,3	-857,8	11,4%	-551,8	6,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação	1.534,1	1.546,5	12,4	0,8%	-56,6	-3,5%	10.889,9	11.626,2	736,3	6,8%	284,5	2,5%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	1.428,8	2.688,9	1.260,1	88,2%	1.195,8	80,1%	33.314,5	35.231,1	1.916,6	5,8%	525,5	1,5%
2.5 CIDE - Combustíveis	0,0	206,8	206,8	-	206,8	-	4,5	635,8	631,3	-	638,5	-
2.6 Demais	38,8	39,3	0,5	1,2%	-1,3	-3,1%	509,7	610,0	100,3	19,7%	80,5	15,0%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	160.362,8	183.544,5	23.181,7	14,5%	15.967,9	9,5%	1.090.526,7	1.234.736,6	144.209,9	13,2%	99.607,2	8,7%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	196.283,5	192.827,9	-3.455,6	-1,8%	-12.285,2	-6,0%	1.169.680,6	1.312.594,3	142.913,6	12,2%	95.398,9	7,8%
4.1 Benefícios Previdenciários	90.507,7	73.375,9	-17.131,8	-18,9%	-21.203,2	-22,4%	530.738,7	571.485,7	40.746,9	7,7%	18.949,8	3,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	73.660,4	58.105,5	-15.554,9	-21,1%	-18.868,4	-24,5%	421.023,5	451.934,1	30.910,6	7,3%	13.586,3	3,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	1.301,2	1.636,2	335,0	25,7%	276,4	20,3%	15.214,0	10.196,8	-5.017,2	-33,0%	-5.653,5	-35,4%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	16.847,4	15.270,4	-1.576,9	-9,4%	-2.334,8	-13,3%	109.715,2	119.551,5	9.836,3	9,0%	5.363,6	4,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios	299,4	434,8	135,4	45,2%	121,9	39,0%	4.326,8	2.748,2	-1.578,6	-36,5%	-1.759,6	-38,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	35.203,9	36.604,0	1.400,1	4,0%	-183,5	-0,5%	198.448,7	209.781,4	11.332,7	5,7%	3.065,6	1,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	378,0	216,1	-161,9	-42,8%	-178,9	-45,3%	5.329,7	2.225,2	-3.104,6	-58,3%	-3.329,3	-59,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	29.653,1	30.637,0	983,8	3,3%	-350,1	-1,1%	180.705,9	221.284,0	40.578,1	22,5%	33.660,1	17,7%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	8.483,0	9.478,6	995,7	11,7%	614,1	6,9%	53.453,8	56.096,6	2.642,7	4,9%	418,4	0,7%
Abono	4.024,1	4.524,5	500,4	12,4%	319,4	7,6%	24.692,6	23.878,8	-813,8	-3,3%	-1.871,0	-7,2%
Seguro Desemprego	4.458,9	4.954,1	495,3	11,1%	294,7	6,3%	28.761,2	32.217,8	3.456,6	12,0%	2.289,4	7,6%
d/q Seguro Defeso	240,5	367,6	127,1	52,9%	116,3	46,3%	2.848,1	3.574,0	725,9	25,5%	612,2	20,4%
4.3.2 Anistiados	19,5	20,0	0,4	2,1%	-0,5	-2,3%	97,9	103,5	5,6	5,8%	1,6	1,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	3.795,9	0,0	-3.795,9	-100,0%	-3.966,7	-100,0%	5.617,1	1.045,4	-4.571,7	-81,4%	-4.823,0	-82,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	65,7	64,8	-0,9	-1,4%	-3,9	-5,7%	420,8	459,4	38,5	9,2%	21,1	4,8%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.841,9	9.392,4	1.550,6	19,8%	1.197,8	14,6%	51.858,7	63.152,9	11.294,2	21,8%	9.224,4	16,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	253,3	467,0	213,7	84,4%	202,3	76,4%	1.648,4	2.649,2	1.000,7	60,7%	942,0	54,4%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	9,6	9,6	-	9,6	-	0,0	51,9	51,9	-	52,1	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	118,0	3.183,5	3.065,5	-	3.060,2	-	1.074,9	11.666,7	10.591,9	985,4%	10.588,4	935,7%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	90,4	426,8	336,4	372,4%	332,4	352,0%	482,8	572,5	89,6	18,6%	68,3	13,5%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	2.881,1	3.485,6	604,5	21,0%	474,9	15,8%	22.123,2	27.687,5	5.564,3	25,2%	4.687,9	20,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	361,8	539,3	177,5	49,0%	161,2	42,6%	2.055,1	2.574,3	519,3	25,3%	439,4	20,3%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.285,9	1.493,7	207,8	16,2%	150,0	11,2%	8.444,1	10.201,4	1.757,2	20,8%	1.419,7	16,0%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,1	-0,1	0,0%	-15,1	-4,3%	2.325,6	2.325,0	-0,6	0,0%	-98,9	-4,0%
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	324,6	297,4	-27,2	-8,4%	-41,8	-12,3%	18.325,8	31.630,5	13.304,6	72,6%	12.951,7	67,6%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.717,8	1.568,6	-2.149,2	-57,8%	-2.316,4	-59,6%	12.231,3	11.337,2	-894,1	-7,3%	-1.386,9	-10,8%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	3.024,2	1.068,0	-1.956,1	-64,7%	-2.092,2	-66,2%	10.210,0	7.009,3	-3.200,7	-31,3%	-3.664,4	-34,1%
Equalização de custeio agropecuário	95,5	17,9	-77,6	-81,3%	-81,9	-82,1%	1.041,3	335,2	-706,1	-67,8%	-758,5	-69,1%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	998,3	399,4	-598,9	-60,0%	-643,8	-61,7%	2.728,2	1.746,2	-982,0	-36,0%	-1.107,0	-38,5%
Política de preços agrícolas	1,0	10,4	9,4	891,4%	9,3	848,8%	9,0	64,7	55,8	620,3%	55,8	586,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,0	-0,5	-98,0%	-0,5	-98,1%	2,9	0,6	-2,3	-79,6%	-2,5	-80,4%
Equalização Aquisições do Governo Federal	0,5	10,4	9,9	-	9,8	-	6,1	64,1	58,1	957,6%	58,3	906,9%
Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Pronaf	1.166,4	309,2	-857,2	-73,5%	-909,6	-74,6%	4.029,6	2.921,1	-1.108,5	-27,5%	-1.288,9	-30,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1.170,3	281,2	-889,2	-76,0%	-941,8	-77,0%	4.002,1	2.789,4	-1.212,8	-30,3%	-1.392,4	-33,0%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-3,9	28,1	32,0	-	32,2	-	27,5	131,7	104,2	379,6%	103,5	353,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	-31,2	125,5	156,7	-	158,1	-	155,4	443,7	288,3	185,6%	282,2	170,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,3	84,3	53,0	169,3%	51,6	157,7%	246,9	372,9	126,0	51,0%	116,7	44,9%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-62,5	41,2	103,7	-	106,5	-	-91,5	70,8	162,3	-	165,5	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	9,0	14,5	5,5	61,3%	5,1	54,4%	492,7	759,6	266,9	54,2%	247,5	47,5%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	266,7	72,4	-194,3	-72,8%	-206,3	-74,0%	272,2	233,2	-39,0	-14,3%	-48,7	-17,1%
Funcafé	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	121,4	94,8	-26,5	-21,9%	-32,0	-25,2%	404,4	226,3	-178,1	-44,0%	-200,3	-46,6%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	1,5	1,1	-0,4	-24,5%	-0,4	-27,7%	8,4	6,5	-1,9	-22,5%	-2,3	-25,9%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	384,0	23,0	-361,0	-94,0%	-378,3	-94,3%	1.157,7	376,6	-781,2	-67,5%	-834,0	-68,8%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	13,4	7,8	-5,6	-41,7%	-6,2	-44,2%	24,2	17,5	-6,7	-27,6%	-7,8	-30,6%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-1,8	-8,0	-6,3	351,2%	-6,2	331,8%	-113,0	-121,4	-8,4	7,5%	-2,5	2,1%
Proagro	900,0	450,0	-450,0	-50,0%	-490,5	-52,2%	4.184,6	4.313,2	128,6	3,1%	-23,1	-0,5%
PNAFE	-0,4	-0,8	-0,4	93,7%	-0,4	85,4%	28,0	22,1	-6,0	-21,3%	-7,0	-23,9%
Demais Subsídios e Subvenções	-206,0	51,4	257,3	-	266,6	-	-2.191,4	-7,3	2.184,0	-99,7%	2.307,7	-99,6%
4.3.16 Transferências ANA	26,8	20,3	-6,6	-24,5%	-7,8	-27,7%	64,4	21,0	-43,3	-67,3%	-46,2	-68,7%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	147,3	197,9	50,6	34,4%	44,0	28,6%	1.030,4	1.357,6	327,3	31,8%	288,0	26,6%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	161,2	126,4	-34,8	-21,6%	-42,1	-25,0%	1.100,0	1.000,7	-99,3	-9,0%	-145,8	-12,6%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	40.918,8	52.211,0	11.292,2	27,6%	9.451,5	22,1%	259.787,3	310.043,2	50.255,9	19,3%	39.723,4	14,5%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	25.335,2	30.596,7	5.261,5	20,8%	4.121,8	15,6%	181.468,6	203.004,2	21.535,6	11,9%	14.081,0	7,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.294,2	1.626,3	332,1	25,7%	273,9	20,2%	8.796,5	9.999,5	1.203,0	13,7%	845,9	9,1%
4.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.600,9	13.527,6	-73,3	-0,5%	-685,1	-4,8%	96.482,0	97.826,3	1.344,3	1,4%	-2.684,4	-2,6%
4.4.1.3 Saúde	9.168,0	13.920,8	4.752,8	51,8%	4.340,3	45,3%	69.016,8	86.166,8	17.150,1	24,8%	14.359,6	19,8%
4.4.1.4 Educação	696,6	933,9	237,4	34,1%	206,0	28,3%	4.418,0	4.686,0	268,0	6,1%	89,0	1,9%
4.4.1.5 Demais	575,5	588,1	12,6	2,2%	-13,3	-2,2%	2.755,3	4.325,6	1.570,3	57,0%	1.470,9	50,8%
4.4.2 Discrecionárias	15.583,6	21.614,4	6.030,8	38,7%	5.329,8	32,7%	78.318,8	107.039,0	28.720,2	36,7%	25.642,4	31,2%
4.4.2.1 Saúde	3.314,1	6.019,0	2.704,9	81,6%	2.555,8	73,8%	15.762,5	36.221,8	20.459,4	129,8%	19.957,3	120,7%
4.4.2.2 Educação	2.000,8	2.243,3	242,5	12,1%	152,5	7,3%	13.579,2	16.763,3	3.184,1	23,4%	2.636,1	18,5%
4.4.2.3 Defesa	1.232,3	1.372,3	140,0	11,4%	84,6	6,6%	5.752,7	6.111,4	358,7	6,2%	118,5	2,0%
4.4.2.4 Transporte	1.405,5	1.825,7	420,2	29,9%	356,9	24,3%	7.186,1	8.850,1	1.664,0	23,2%	1.380,5	18,3%
4.4.2.5 Administração	543,4	515,7	-27,7	-5,1%	-52,2	-9,2%	4.206,4	3.442,1	-764,3	-18,2%	-949,8	-21,5%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	670,0	420,6	-249,3	-37,2%	-279,5	-39,9%	3.089,9	3.224,6	134,7	4,4%	14,0	0,4%
4.4.2.7 Segurança Pública	315,9	251,6	-64,3	-20,4%	-78,5	-23,8%	1.940,9	1.775,9	-165,1	-8,5%	-245,8	-12,1%
4.4.2.8 Assistência Social	640,5	691,5	50,9	8,0%	22,1	3,3%	4.085,0	4.782,1	697,1	17,1%	532,2	12,4%
4.4.2.9 Demais	5.461,1	8.274,7	2.813,6	51,5%	2.567,9	45,0%	22.716,0	25.867,6	3.151,6	13,9%	2.199,4	9,2%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-35.920,7	-9.283,4	26.637,3	-74,2%	28.253,2	-75,3%	-79.153,9	-77.857,6	1.296,3	-1,6%	4.208,3	-5,2%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	1.382,2						2.387,9					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						0,0					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	1.382,2						1.424,3					
6.3 Ajuste Metodológico Recursos Não Sacados do PIS/PASEP (EC nº 126/	0,0						0,0					
6.4 Ajuste Metodológico Compensações LC nº 194/2022 (pré-Acordo Uniã	0,0						963,6					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	2.060,7						1.961,6					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-32.477,8						-74.804,5					
9. JUROS NOMINAIS ^{13/}	-37.050,0						-324.911,7					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{14/}	-69.527,9						-399.716,2					
Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	47.425,5	50.919,6	3.494,1	7,4%	1.360,7	2,7%	322.672,1	350.808,0	28.135,9	8,7%	11.075,3	8,3%
Arrecadação Ordinária	47.425,5	50.919,6	3.494,1	7,4%	1.360,7	2,7%	322.672,1	350.808,0	28.135,9	8,7%	11.075,3	8,3%

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Custeio Administrativo	4.723,3	5.245,7	522,4	11,1%	310,0	6,3%	30.222,4	31.690,1	1.467,7	4,9%	-90,2	4,6%
Investimento	7.027,2	12.103,4	5.076,2	72,2%	4.760,1	64,8%	29.225,8	43.764,0	14.538,1	49,7%	13.089,1	47,4%
PAC ^{15/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	3.515,5	2.738,5	-777,1	-22,1%	-935,2	-25,5%	4.684,7	6.766,5	2.081,7	44,4%	1.865,6	42,5%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Ajuste Metodológico referente ao ingresso de recursos do PIS/Pasep não reclamados por prazo superior a 20 (vinte) anos, nos termos do art. 121 do ADCT, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 126/2022. Enquanto na metodologia acima

12/ Refere-se aos valores das compensações pelas perdas do ICMS no âmbito da LC nº 194/2022 compensados por liminares antes do acordo celebrado entre a União e os Estados e o DF no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.191. Nas estatísticas acima da linha, esses valores foram registrados retroativamente, nos respectivos meses nos quais as parcelas das dívidas efetivamente deixaram de ser pagas à União. Já nas estatísticas abaixo da linha, tal montante impactou em sua totalidade o mês de dezembro/2023, mês no qual ocorreu a baixa dos ativos da União em decorrência das referidas compensações.

13/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	33.375,5	38.321,8	4.946,2	14,8%	3.444,9	9,9%	260.605,7	294.094,6	33.488,9	12,9%	22.790,0	8,3%
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	29.121,6	32.291,2	3.169,6	10,9%	1.859,6	6,1%	210.088,5	240.060,3	29.971,8	14,3%	21.349,8	9,6%
1.2 Fundos Constitucionais	1.092,9	1.168,6	75,7	6,9%	26,5	2,3%	6.054,1	6.836,8	782,8	12,9%	550,7	8,7%
1.2.1 Repasse Total	1.443,4	1.480,3	37,0	2,6%	27,9	-1,9%	13.596,6	15.237,2	1.640,5	12,1%	1.102,5	7,7%
1.2.2 Superávit dos Fundos	- 350,5	- 311,8	38,7	-11,0%	54,5	-14,9%	-7.542,6	-8.400,3	-857,8	11,4%	-551,8	6,9%
1.3 Contribuição do Salário Educação	1.534,1	1.546,5	12,4	0,8%	56,6	-3,5%	10.889,9	11.626,2	736,3	6,8%	284,5	2,5%
1.4 Transferências de Exploração de Recursos Naturais (Compensações Financeiras)	1.588,2	3.069,5	1.481,3	93,3%	1.409,9	85,0%	33.059,0	34.325,4	1.266,4	3,8%	-113,9	-0,3%
1.5 CIDE - Combustíveis	-	206,8	206,8	-	206,8	-	4,5	635,8	631,3	-	638,5	-
1.6 Demais	38,8	39,3	0,5	1,2%	1,3	-3,1%	509,7	610,0	100,3	19,7%	80,5	15,0%
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.6.3 IOF Ouro	3,3	0,8	- 2,5	-75,8%	2,6	-76,8%	33,2	6,1	-27,1	-81,6%	-28,9	-82,4%
1.6.4 ITR	35,5	38,5	3,0	8,4%	1,4	3,7%	356,0	439,6	83,6	23,5%	69,5	18,5%
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	120,5	164,4	43,9	36,4%	39,8	31,5%
1.6.6 Outras	1/ -	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2. DESPESA TOTAL	196.051,8	192.955,9	- 3.096,0	-1,6%	- 11.915,1	-5,8%	1.168.360,8	1.312.021,9	143.661,1	12,3%	96.201,9	7,8%
2.1 Benefícios Previdenciários	90.495,8	73.351,2	- 17.144,6	-18,9%	- 21.215,5	-22,4%	530.739,6	571.346,0	40.606,4	7,7%	18.808,6	3,4%
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	35.130,3	36.628,9	1.498,6	4,3%	81,7	-0,2%	197.842,2	209.014,9	11.172,7	5,6%	2.925,6	1,4%
2.2.1 Ativo Civil	13.786,2	14.547,0	760,8	5,5%	140,7	1,0%	84.165,6	92.755,2	8.589,5	10,2%	5.106,9	5,8%
2.2.2 Ativo Militar	3.629,7	3.473,1	- 156,7	-4,3%	319,9	-8,4%	19.777,2	20.084,1	306,9	1,6%	-527,4	-2,5%
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	10.555,3	10.985,1	429,8	4,1%	45,0	-0,4%	54.083,4	58.113,7	4.030,4	7,5%	1.776,2	3,1%
2.2.4 Reformas e pensões militares	6.900,9	7.419,3	518,5	7,5%	208,0	2,9%	34.671,5	36.345,2	1.673,8	4,8%	220,5	0,6%
2.2.5 Sentenças e Precatórios	258,3	204,4	- 53,9	-20,9%	65,5	-24,3%	5.144,5	1.716,6	-3.427,9	-66,6%	-3.650,6	-67,8%
2.2.6 Outros	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	29.654,0	30.653,8	999,7	3,4%	334,2	-1,1%	180.711,4	221.155,3	40.443,9	22,4%	33.524,7	17,6%
2.3.1 Abono e seguro desemprego	8.483,0	9.478,6	995,7	11,7%	614,1	6,9%	53.453,8	56.096,6	2.642,7	4,9%	418,4	0,7%
2.3.2 Anistiados	19,5	20,0	0,4	2,1%	0,5	-2,3%	98,1	103,6	5,5	5,6%	1,4	1,4%
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	3.796,1	-	- 3.796,1	-100,0%	3.966,9	-100,0%	5.619,9	1.045,4	-4.574,6	-81,4%	-4.826,0	-82,0%
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	65,9	61,6	- 4,2	-6,4%	7,2	-10,5%	421,6	424,6	3,0	0,7%	-14,7	-3,3%
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	7.840,9	9.392,1	1.551,3	19,8%	1.198,5	14,6%	51.858,9	63.152,5	11.293,6	21,8%	9.223,9	16,9%
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	7.587,6	8.925,4	1.337,8	17,6%	996,5	12,6%	50.210,5	60.503,6	10.293,2	20,5%	8.282,1	15,7%
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Sentenças e Precatórios	253,3	466,7	213,4	84,3%	202,0	76,3%	1.648,4	2.648,9	1.000,5	60,7%	941,8	54,4%
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	9,6	9,6	-	9,6	-	0,0	51,9	51,9	-	52,1	-
2.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	118,5	3.167,5	3.048,9	-	3.043,6	-	1.060,7	11.518,8	10.458,1	986,0%	10.454,7	936,2%
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	90,4	426,8	336,4	372,4%	332,4	352,0%	482,8	572,5	89,6	18,6%	68,3	13,5%
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	2.881,1	3.485,6	604,5	21,0%	474,9	15,8%	22.123,2	27.687,5	5.564,3	25,2%	4.687,9	20,1%
2.3.11 Fundo Constitucional DF	361,9	539,3	177,4	49,0%	161,2	42,6%	2.055,6	2.573,9	518,3	25,2%	438,5	20,3%
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	1.257,0	1.495,2	238,1	18,9%	181,6	13,8%	8.306,6	10.052,4	1.745,8	21,0%	1.413,4	16,2%
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	332,3	332,1	- 0,1	0,0%	15,1	-4,3%	2.325,6	2.325,0	-0,6	0,0%	-98,9	-4,0%
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	354,4	332,2	- 22,2	-6,3%	38,1	-10,3%	18.478,6	31.834,2	13.355,6	72,3%	12.996,9	67,2%
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.717,8	1.568,6	- 2.149,2	-57,8%	2.316,4	-59,6%	12.231,3	11.337,2	-894,1	-7,3%	-1.386,9	-10,8%
2.3.15.1 Equalização de custeio agropecuário	95,5	17,9	- 77,6	-81,3%	81,9	-82,1%	1.041,3	335,2	-706,1	-67,8%	-758,5	-69,1%
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	998,3	399,4	- 598,9	-60,0%	643,8	-61,7%	2.728,2	1.746,2	-982,0	-36,0%	-1.107,0	-38,5%

Discriminação	Julho			Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real				
	2023	2024		R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %			
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,5	0,0	-	0,5	-98,0%	-	0,5	-98,1%	2,9	0,6	-2,3	-79,6%	-2,5	-80,4%		
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	6,0	6,0	-	6,1	-		
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,2	8,3		8,1	-		8,1	-	0,2	49,9	49,7	-	50,1	-		
2.3.15.6 Pronaf	1.166,8	311,3	-	855,4	-73,3%	-	907,9	-74,5%	4.035,5	2.929,3	-1.106,2	-27,4%	-1.286,9	-30,2%		
2.3.15.7 Proex	-	31,2	125,5	156,7	-		158,1	-	155,4	443,7	288,3	185,6%	282,2	170,9%		
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	9,0	14,5		5,5	61,3%		5,1	54,4%	492,7	759,6	266,9	54,2%	247,5	47,5%		
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	266,7	72,4	-	194,3	-72,8%	-	206,3	-74,0%	272,2	233,2	-39,0	-14,3%	-48,7	-17,1%		
2.3.15.11 Funcafé	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	121,4	94,8	-	26,5	-21,9%	-	32,0	-25,2%	404,4	226,3	-178,1	-44,0%	-200,3	-46,6%		
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	1,5	1,1	-	0,4	-24,5%	-	0,4	-27,7%	8,4	6,5	-1,9	-22,5%	-2,3	-25,9%		
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	384,0	23,0	-	361,0	-94,0%	-	378,3	-94,3%	1.157,7	376,6	-781,2	-67,5%	-834,0	-68,8%		
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	13,4	7,8	-	5,6	-41,7%	-	6,2	-44,2%	24,2	17,5	-6,7	-27,6%	-7,8	-30,6%		
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	1,8	-	8,0	-	6,3	351,2%	-	6,2	331,8%	-113,0	-8,4	7,5%	-2,5	2,1%	
2.3.15.19 Proagro	900,0	450,0	-	450,0	-50,0%	-	490,5	-52,2%	4.184,6	4.313,2	128,6	3,1%	-23,1	-0,5%		
2.3.15.20 PNAFE	-	0,4	-	0,8	-	0,4	93,7%	-	0,4	85,4%	28,0	22,1	-6,0	-21,3%	-7,0	-23,9%
2.3.15.21 - Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.22 - Sudene (Microcrédito Produtivo Orientado)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.23 - Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.24 - Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.25 - Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.26 - Cacau	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	206,0	51,4	257,3	-		266,6	-	-2.191,4	-7,3	2.184,0	-99,7%	2.307,7	-99,6%		
2.3.16 Transferências ANA	26,8	20,3	-	6,6	-24,5%	-	7,8	-27,7%	64,4	21,0	-43,3	-67,3%	-46,2	-68,7%		
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	147,3	197,9		50,6	34,4%		44,0	28,6%	1.030,4	1.357,6	327,3	31,8%	288,0	26,6%		
2.3.18 Impacto Primário do FIES	161,2	126,4	-	34,8	-21,6%	-	42,1	-25,0%	1.100,0	1.000,7	-99,3	-9,0%	-145,8	-12,6%		
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-		
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	40.771,7	52.322,0		11.550,3	28,3%		9.716,3	22,8%	259.067,7	310.505,8	51.438,1	19,9%	40.943,0	15,0%		
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	25.330,1	31.632,2		6.302,1	24,9%		5.162,7	19,5%	181.394,2	204.051,1	22.656,9	12,5%	15.205,1	8,0%		
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.293,9	1.681,3		387,4	29,9%		329,2	24,3%	8.792,4	10.056,5	1.264,0	14,4%	907,1	9,8%		
2.4.1.2 Bolsa Família e Auxílio Brasil	13.598,1	13.985,4		387,3	2,8%	-	224,4	-1,6%	96.443,1	98.291,3	1.848,1	1,9%	-2.179,0	-2,1%		
2.4.1.3 Saúde	9.166,2	14.391,9		5.225,8	57,0%		4.813,4	50,3%	68.988,7	86.640,4	17.651,8	25,6%	14.862,3	20,5%		
2.4.1.4 Educação	696,4	965,5		269,1	38,6%		237,8	32,7%	4.415,6	4.717,6	302,0	6,8%	123,1	2,7%		
2.4.1.5 Demais	575,4	608,0		32,6	5,7%		6,7	1,1%	2.754,4	4.345,4	1.590,9	57,8%	1.491,6	51,5%		
2.4.2 Discrecionárias	15.441,6	20.689,8		5.248,2	34,0%		4.553,6	28,2%	77.673,5	106.454,6	28.781,1	37,1%	25.737,9	31,5%		
2.4.2.1 Saúde	3.283,9	5.761,5		2.477,6	75,4%		2.329,9	67,9%	15.640,8	35.993,1	20.352,3	130,1%	19.857,3	121,0%		
2.4.2.2 Educação	1.982,6	2.147,4		164,8	8,3%		75,6	3,6%	13.486,6	16.748,3	3.261,8	24,2%	2.718,9	19,2%		
2.4.2.3 Defesa	1.221,1	1.313,6		92,5	7,6%		37,6	2,9%	5.713,0	6.081,0	368,0	6,4%	129,9	2,2%		
2.4.2.4 Transporte	1.392,7	1.747,6		354,9	25,5%		292,2	20,1%	7.128,0	8.814,5	1.686,4	23,7%	1.406,2	18,8%		
2.4.2.5 Administração	538,4	493,6	-	44,8	-8,3%	-	69,0	-12,3%	4.179,6	3.439,1	-740,5	-17,7%	-924,7	-21,0%		
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	663,9	402,6	-	261,2	-39,3%	-	291,1	-42,0%	3.063,6	3.224,9	161,3	5,3%	42,1	1,3%		
2.4.2.7 Segurança Pública	313,0	240,8	-	72,2	-23,1%	-	86,3	-26,4%	1.919,8	1.774,7	-145,2	-7,6%	-224,8	-11,1%		
2.4.2.8 Assistência Social	634,7	661,9		27,2	4,3%	-	1,3	-0,2%	4.049,2	4.776,7	727,5	18,0%	564,6	13,3%		
2.4.2.9 Demais	5.411,3	7.920,7		2.509,4	46,4%		2.265,9	40,1%	22.492,9	25.602,4	3.109,5	13,8%	2.168,4	9,2%		

Discriminação Memorando	Julho		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Jul		Variação Nominal		Variação Real	
	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2023	2024	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
m. Créditos Extraordinários (exceto PAC)	118,5	3.167,5	3.048,9	-	3.043,6	-	1.060,7	11.518,8	10.458,1	986,0%	10.454,7	936,2%
m.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo (Créditos Extraordinários)	25,9	78,9	53,0	205,0%	51,9	191,8%	537,5	348,6	-188,9	-35,1%	-216,1	-38,2%
m.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públicos (Créditos Extraordinários)	-	0,9	0,9	-	0,9	-	0,0	1,0	1,0	-	1,0	-
m.1.2 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Bolsa Família e Auxílio Brasil (Créditos Extraordinários)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
m.1.3 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Saúde (Créditos Extraordinários)	25,9	70,1	44,2	171,0%	43,1	159,4%	537,5	297,5	-240,0	-44,7%	-267,5	-47,2%
m.1.4 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Educação (Créditos Extraordinários)	-	0,4	0,4	-	0,4	-	0,0	32,6	32,6	-	32,8	-
m.1.5 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Demais (Créditos Extraordinários)	-	7,5	7,5	-	7,5	-	0,0	17,5	17,5	-	17,6	-
m.2 - Discricionárias (Créditos Extraordinários)	92,7	3.088,6	2.995,9	-	2.991,7	-	523,2	11.170,2	10.647,0	-	10.670,8	-
m.2.1 - Discricionárias - Saúde (Créditos Extraordinários)	0,0	4,9	4,8	-	4,8	-	6,0	21,3	15,3	256,5%	15,3	242,2%
m.2.2 - Discricionárias - Educação (Créditos Extraordinários)	-	2,5	2,5	-	2,5	-	0,1	2,7	2,6	-	2,6	-
m.2.3 - Discricionárias - Defesa (Créditos Extraordinários)	17,1	133,6	116,6	682,1%	115,8	648,4%	102,8	241,3	138,4	134,6%	134,6	125,2%
m.2.4 - Discricionárias - Transporte (Créditos Extraordinários)	4,1	10,8	6,7	165,7%	6,5	154,2%	52,1	47,5	-4,6	-8,8%	-7,3	-13,2%
m.2.5 - Discricionárias - Administração (Créditos Extraordinários)	-	30,4	30,4	-	30,4	-	0,0	30,4	30,4	-	30,4	-
m.2.6 - Discricionárias - Ciência e Tecnologia (Créditos Extraordinários)	0,1	-	-	0,1 -100,0%	0,2 -100,0%	-	1,1	0,0	-1,1	-100,0%	-1,1	-100,0%
m.2.7 - Discricionárias - Segurança Pública (Créditos Extraordinários)	23,7	158,4	134,7	567,6%	133,6	538,8%	117,3	2.747,8	2.630,5	-	2.640,9	-
m.2.8 - Discricionárias - Assistência Social (Créditos Extraordinários)	30,9	33,3	2,4	7,8%	1,0	3,1%	172,7	237,6	64,9	37,6%	57,9	31,8%
m.2.9 - Discricionárias - Demais (Créditos Extraordinários)	16,7	2.714,6	2.697,9	-	2.697,2	-	71,0	7.841,5	7.770,5	-	7.797,6	-

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.